

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

Revista Portuguesa de História

TOMO XVII

HOMENAGEM AO DOUTOR TORQUATO DE SOUSA SOARES

II



COIMBRA/1977

DUAS PÁGINAS PARA EL-REI — A CARTA DE MESTRE JOÃO

Vai uma dupla homenagem neste escrito: Aos primeiros que pisaram terra do Brasil, onde agora labutamos;
Ao Mestre que nos iniciou em Paleografia, na qual, por vezes, nos debruçamos.

Referido o momento do descobrimento do Brasil, havemos de concordar que os documentos que para nós sobraram, de tão raros, resultaram sobremaneira preciosos. Essa raridade, temos de convir e em face dos mesmos documentos, não foi mais que accidental. São os próprios autores a elucidar-nos.

Pero Vaz de Caminha e Mestre João — dos únicos que nos chegaram notícias directas — dão a entender que numerosa correspondência foi enviada ao Reino desde as terras da Vera Cruz, ao tempo em que as quilhas das naves lusas tocavam as areias das praias, dizem-nos que pela primeira vez.

«Posto que o Capitão-mor desta vossa frota e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova...» são as primeiras palavras de Caminha em sua carta, para, linhas abaixo, dizer que «da marinhagem e singraduras do caminho não darei aqui conta a Vossa Alteza que o não saberei fazer e os pilotos devem ter esse cuidado» 0).

Não deixa de se entender, só pelos que assim são referidos, que, pelo menos, duas dúzias de cartas, relações ou relatórios houvessem sido elaborados e enviados a el-Rei à altura do primeiro contacto dos navegadores portugueses com as terras a Ocidente. Lembremos que das treze embarcações, saídas do Restelo, doze ancoraram no litoral

0) Carta de Pero Vaz de Caminha, fol. 1 Qinhas 1 a 13).

brasileiro, já que uma se perdeu pelo caminho. Equivale a dizer que eram doze os capitães e outros tantos pilotos a enviar seus escritos a Lisboa.

Também Mestre João o confirma, quando, ao início de sua carta, diz que se propõe escrever «solamente dos puntos» pela razão de «que de todo lo aca pasado largamente escrivyeron a Vossa Alteza asy arias correa como todos los otros» (2).

Mas a documentação assim citada não chegou às nossas mãos, o que lamentamos, pois que, ao que supomos, um grande número de perguntas que agora fazemos talvez encontrasse ali as respostas e os esclarecimentos que sobremaneira estimaríamos.

A par das informações dos capitães, que calculamos seriam minuciosas, também da «marinhagem e singraduras» haveríamos pormenores, que os pilotos, por dever de ofício, anotariam as particularidades daquela viagem importante. Sem dúvida que, pela diversa correspondência, muita coisa se repetiria. Mas não faltariam dados novos, quem sabe se surpreendentes, a contribuir para um melhor equacionamento de problemas que se põem, de índole histórica e que esclarecessem, não só o que respeita á viagem de Cabral, mas também a outras viagens, mesmo por outras latitudes. E não cremos que só de capitães e pilotos seguisse correspondência pela nau, até aí dos mantimentos, que rumou para Lisboa sob o comando de Gaspar de Lemos. De um escrivão — que o seria em Calecut — e de um astrólogo recebeu D. Manuel os escritos que até nós chegaram. Digamos, porém, que mais escrivães e mais astrólogos seguiam viagem. Pelo testemunho de Mestre João, e além destes, também Aires Correia, o indigitado feitor de Calecut, escreveu a Sua Alteza. E nós sabemos que um outro personagem, muito experiente em navegação e que tivera lugar em Torresilhas, onde «debatera com os técnicos espanhóis a demarcação do meridiano de partilha, até se assentar na distância arbitrada de 370 léguas» (3), ia na expedição. Era Duarte Pacheco Pereira que «ao passo que para oriente se dirigiam os olhos ansiosos da maioria dos nautas, era para ocidente que sua visão perscrutava de contínuo» (4). Bem podemos adivinhar, sem grande esforço, que das mãos de Pacheco

(2) Carta de Mestre João, fol. 1 (linhas 2 e 3).

(3) DIAS, Carlos Malheiro, e outros, *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, 1922, vol. II, pg. 55.

(4) Idem.

e otro tanto afo de los dhas rillas de la Tuda q se no puede tomar
 con ellas q no son muy tubo y abiso q se la abeiza suprese como
 el pomegranada todos estos pulgadros q se pta alio mas q el q se abeiza por
 q se la hize me no caudra q nos de vros pomegranada en mudo pul
 gados q nos doud mas q otros q se e quis pulgadros e un tanto
 de los ruytos me no qe las de mdo y de e fto pomegranada todos
 q d ruytos fuisse doun mudo q de gyp q mas usand qntos pulgadros
 qd por la qntidad de mudo q se pte q doud andud y no el camno
 por los pulgadros tornand qnd al pte qntos qntos nudo q se con
 en antes fuisse andud and
 heder sobre el qzome e doun
 qto doud q no se q el qntos
 de mas boqas qn el polo antu.
 to e qntos qntos qntos
 menie las dha qntos qntos
 qntos como las dha qntos e la qntos
 qntos qntos qntos qntos

los qntos



la boqa e polo antuqna

dha qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos
 mas abeiza por no supertuuz dha abeiza qntos qntos qntos qntos
 qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos
 dha qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos
 qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos
 qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos
 qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos qntos

de qntos de dha abeiza e dho la qntos

Johannes
 de
 S. m. e.

Pereira teria sido endereçada ao Rei alguma simples carta, ou alguma completa relação, quem sabe se insinuando que seus pressentimentos anteriores «não eram a acertar».

Limitando-nos aos factos, porém, para que as divagações não prejudiquem a História, afirmamos que o total da correspondência enviada a Lisboa, pela nau dos mantimentos, nem o podemos estimar com precisão. Mas sabemos do próprio punho dos que escreveram e que temos possibilidade de ler em seus escritos, que numerosos foram os informes remetidos. Sem irmos além de suas informações, diríamos que dezenas de missivistas assinaram dezenas de páginas, sem dúvida pormenorizando um evento que gostaríamos plenamente esclarecido.

Por que não chegaram até nós aquelas páginas escritas desde a «Vera Cruz»? Eis uma pergunta que se nos impõe como a primeira, ao imaginarmos a quantidade apreciável de correspondência ao Reino enviada e da qual restou o menor número. Duas Cartas, apenas, temos hoje, à parte uma relação de um piloto que ficou anónimo. Importantes, estas Cartas, já que são testemunhos históricos e directos de um feito dos mais notáveis, nem podemos afirmar que fossem, ao tempo, os documentos de maior significação, pelas informações contidas ou pelas minúcias reveladas. Por essa razão nos chegaram essas duas Cartas já que não representavam inconveniente algum, permitindo se guardassem em condições relativamente normais? Estivéssemos disso certos e essa certeza justificaria a importância da correspondência restante e, conseqüentemente, a sua «perda».

Neste passo nos achamos propensos a não esquecer a «política de sigilo» que alguns autores admitem e condicionou, não só informes em documentos e correspondência, mas, ainda, a sua guarda ou destruição, ao tempo em que os Descobrimientos se processavam e quando os dois Reinos Ibéricos detinham a primazia de conhecimentos técnicos e geográficos, dos quais eram tão ciosos que, ao invés de divulgá-los, os dissimulavam.

Temos, para nós, que eram de importância bastante os documentos e correspondência «perdida», quando entendemos que de capitães, pilotos, ou cosmógrafos haviam de seguir informes a revelar dados novos na ordem geográfica e também na ordem técnica, fossem simples indicações ou sugestões para a navegação nas latitudes frequentadas e que seriam interpretadas em Lisboa como elementos de valia para as

viagens subsequentes. Por uma navegação nova, «no achamento de uma terra nova», nem se julgarão de pouca importância as novidades escritas, com as minúcias requeridas e a clareza necessária, mas a informar uns poucos, apenas, fora do alcance dos que pudessem ser indiscretos ou os que, indevidamente, pudessem usar aqueles documentos que se constituíam num tesouro. Não poderiam, por isso, ser conhecidos, dado que os esclarecimentos contidos fariam inconveniente sua divulgação. Por isso se guardaram com excessivas cautelas, a tomá-los inacessíveis, «perdidos» da vista da maioria? E, por tal, perdidos da memória como coisa bem guardada?

As considerações acima parecem-nos inevitáveis quando atentamente se lêem os documentos que restaram da jomada da Vera Cruz. Ainda mais, quando sobre estes documentos meditamos, a podermos estranhar que um escrivão e um «físico e cirurgião» houvessem escrito a El-Rei. Porquê o primeiro que, como escrivão, o era, apenas e ao que sabemos, de uma virtual feitoria na Índia?

Porquê o segundo, um médico que, ao versar cosmografia em sua carta, não obstante representar, com precisão, diz-se que pela primeira vez, o Cruzeiro do Sul, inscreveu erros palmares em seu escrito?

De Caminha conhecemos a virtuosidade da sua pena pela Carta que escreveu, com a maestria de um artista, que o era, e soube dosar a tonalidade das cenas, nos quadros que nos legou. «Por feliz acaso ou providência era um escritor... escreveu a primeira página literária sobre um mundo inteiramente novo para os olhos europeus»⁽⁵⁾.

Por esta página, de 27 laudas, entrou na galeria dos imortais. E nós o admiramos por tudo aquilo que escreveu, mas não deixamos, do nosso ponto de vista, de o admirar, por tudo aquilo que deixou de escrever.

Sem querer recorrer a paradoxos, afirmamos que foi mais o que deixou de escrever do que aquilo que escreveu.

Exemplificamos.

Sem dúvida que foi por estilo de mestre já feito que referiu tudo o que na terra nova observou e, pela sua observação, nós temos referências às coisas, às pessoas, aos objectos. Fala do homem novo

⁽⁵⁾ Oliveira, José Osório, *História Breve da Literatura Brasileira*, Lisboa, Verbo, 1964, pg. 9.

achado; fala das águas, dos ares, das praias, dos arvoredos, das aves. Fala das aldeias, das casas, das armas que usavam; fala do mar e dos peixes, das danças e dos trabalhos; refere a algarviada das gentes e as pinturas e ornatos dos corpos; sua compleição física e o seu perfil psíquico. Vai às minúcias com simplicidade, naturalidade e poder descritivo que surpreende os mais exigentes.

Mas o achamento da terra, propriamente, do descobrimento do mundo novo, que então se encontrava e que pudesse ser revelação mais substancial a esclarecer fainas, tarefas ou preocupações de descobridores, isso cala ciosamente e nem uma palavra de indiscrição, mesmo que, pelas primeiras linhas, se proponha falar da «Terra nova que nesta navegação se achou» e que era o primeiro motivo de seu escrito.

Era a terra motivo primeiro da sua carta. Mas sobre a mesma só irá falar em referências escassas, nas últimas linhas de seu manuscrito.

E a par das nada esclarecedoras informações sobre essa terra e seu achamento, as anotações que mais confundem que esclarecem. Propositadamente? Estamos em crer que sim. Refiramos aqui e apenas a penúltima linha da Carta onde escreveu textualmente: «deste porto seguro da vossa ilha da vera cruz», para de seguida terminar: «oje sexta feira primeiro dia de mayo de 1500».

Lido sem mais atenção o escrito, nem causará estranheza ou espanto podendo parecer de menos importância a questão. Não o entendemos assim, porém.

«Da vossa ilha da vera cruz». É verdade que na época, em vários escritos de diversas línguas, a palavra «ilha» era empregada nas acepções mais diversas e, não raro, assim se designavam grandes extensões de terra. São de Jaime Cortesão estas considerações: «O vocábulo ilha tinha, então, como outros de carácter geográfico, significação mais lata. Muitos anos mais tarde, Benedetto Bordone no seu *Isolarario* (1526), falando das ilhas da América escrevia: «Terra di Santa Crocia o vero Mondo Nuovo fu la prima di tutta queste isole che trovata fusse...», definindo a seguir o Mundo Novo e austral como uma ilha, separada da América do Norte (6).

⁶⁾ Cortesão, Jaime, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943, pg. 110.

Nada objectamos quando o ilustre mestre assim afirma; discordamos, porém, se insinua que Caminha empregaria o vocábulo «ilha» com a significação lata, como o faria Bordone.

Anotemos que não era de véspera que os termos geográficos, pelos Descobrimientos, se iam fixando entre os portugueses. Mais de três quartos de século haviam decorrido desde que as primeiras ilhas e arquipélagos se descobriam. Ao tempo da chegada ao Brasil somavam já dezenas, incluídas que foram à coroa a Madeira, os Açores, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe. O conceito de «ilha», ao longo do tempo e ao longo do caminho, pelo Oceano, fora-se fixando. Por isso não cremos que, na linguagem coeva, alguma vez apareça designada de «ilha» qualquer zona ou região do continente que, sistemática e insistentemente, se ia explorando, pela costa.

Cremos, sim, que a palavra «ilha», em 1500, era já empregada com propriedade pelos portugueses, que sabiam distinguir de «terra firme».

Caminha não ignorava essa distinção e não confundiria, levemente, nem se expressaria, como Bordone, vinte e seis anos depois. O próprio escrivão testemunha em sua Carta os conhecimentos que tinha neste campo a poder distinguir, sem ponta de dúvida, o que pretendesse distinguir. E de «ilha» tinha um conceito tão exacto, quanto numa passagem o particulariza.

Reparemos que, na folha 4 v., da sua missiva, fala em ilhéu. Ao referi-lo não se limita a citá-lo, mas dá-se ao trabalho de o descrever. Narra nesse passo o acontecido a 25 de abril, um sábado que antecedeu o Domingo de Pascoela e quando o Capitão-mor, saindo de sua nau para ir a terra, querendo «sem embargo de nynguem nella estar somente sayo ele com todos em huï jlheo grande que na baya esta que da baixamar fica muy vazio pero he de todas partes cercado dagoa que nõ pode nynguem hir a ele sem barco ou a nado» C7).

Eis aí uma definição que não pode sofrer contestações. Caminha foi claro, quanto alguém podia ser. E se o vemos tão seguro deste conceito de «ilha pequena», «ilhéu», então não cremos que corresse o risco de alguma vez, que fosse uma só, confundir com «terra firme».

Por que, então, ao final da sua Carta, escreveu «ilha da vera cruz»?

É a única vez que fala de ilha, que do início da sua missiva sempre fala de terra. «A oras de bespera ouuemos vista de terra.s. primeira-

(7) Linhas 27 a 32.

mente dhuü grande monte muy alto e Redondo e doutras serras mais baixas ao sul dele e de terra chaâ com grandes arvoredos ao quai monte alto o capitam pos nome o monte pascoal e aa tera a tera de vera cruz», são as palavras com que, ao início da segunda lauda que escreve, dá a notícia do descobrimento. Por esta passagem afirma Cortesão: «Não se esqueça, também, que o primeiro nome, *Terra de Vera Cruz*, imposto por Cabral, se liga mais à expressão Terra firme — com que era de uso designar os continentes, do que a uma ilha no sentido actual» (8).

Estranho, também, que o missivista houvesse escrito na folha 13 v., textualmente: «Esta terra Senhor... pelo sartaão nos pareceo do mar muyto grande por que a estender olhos nō podíamos veer se nō tera e arvoredos que nos parecia muy longa tera». É esta a penúltima página do seu escrito; e assim escrevendo, a escassas linhas do final, nada faria prever que terminasse pela forma em questão: «da vossa ilha da Vera cruz».

Uma ilha aquela terra? Aquela terra que do mar, pelo sertão, lhe pareceu «muy longa terra»?

Não. Não houve equívoco de Caminha. Julgamos, isto sim, que houve a deliberação de assim afirmar, com alguma intenção que não está ao nosso alcance. Para que D. Manuel tivesse em mãos um documento «conveniente» para provar ao castelhano que tinha a posse de uma «terra nova», de «pouca importância», mesmo por que era uma «simples ilha»? Não o podemos dizer. Nem repetiremos Rocha Pombo quando escreve: «E para que o rei não assuste a Europa... fala-se em «ilha»... como sem dúvida se combinara ao sair de Lisboa» (9).

Dizemos, porém, que Caminha escreveu um extenso relatório de mais de 26 laudas para falar da Terra que «então se achava» e, ao final do relato longo, no qual falou de todas as coisas ligadas à terra, a esta dedicou bem mitigadas linhas, só no final de seu escrito. Esperaria, até aí, elementos que sobre a terra lhe pudessem fornecer, para dela então falar?

Observemos, neste ponto, que uma frota de 12 navios, que navegara desde o Restelo, perto de 700 léguas, aportou a uma terra, dizem-nos que para tomar água e lenha.

(8) *Op. cit.*, p. 110.

(9) Pombo, Rocha, *História do Brasil*, revista e actualizada por Hélio Vianna, 12.ª ed., São Paulo, Melhoramentos, s/d. pg. 22.

Se era este o motivo e já que as «águas eram infindas e os arredos tamanhos», breve seria a estadia para ali se «acertarem», uma vez que não escasseavam, ainda: — «não por nos já minguar», como diz o escrivão.

Mas, surpreendentemente, demoram dez dias no litoral da «vera cruz» quando a tarefa era simples e, pelo que se deprende, tão fácil, também.

Dez dias no litoral. Necessitamos de argumentos convincentes para podermos crer que aquelas 12 navas estivessem todo o tempo imóveis e ociosas, de 24 de abril até 1.º de maio, 2 de maio, sem que nenhuma delas — à ordem do capitão, a conselho de algum piloto, à sugestão de algum cosmógrafo (iam deles na frota) — se decidisse explorar a costa daquela terra a ocidente, que se tomava providencial nas viagens para a Índia.

Mais de uma semana, na Baía Cabralia, uma esquadra inteira e estaria, neste ponto da costa, inútil, sem ir mais além! ...Incréditável nos parece essa imobilidade numa terra que acabam de descobrir e «que da ponta que mais contra o sul viram até à outra ponta que contra o norte vem e que daquele ponto houveram vista, seria tamanha que haveria nela bem 20 ou 25 léguas de costa», no dizer de Pero Vaz. daquelas 25 léguas haviam navegado 10, no dia 24, rumo ao norte. As restantes — da conta de Caminha — não se ativeram a navegá-las nos dias restantes, que somaram uma semana? Não teriam a curiosidade de averiguar se era realmente uma ilha? Quanto a nós, não relutamos em aceitar que alguém houvesse navegado ao longo do litoral, o que, por fim, ficou sigiloso. Caminha esperaria os informes dessa navegação para começar a falar da terra e aí estará a razão de só nela falar após escrever 25 laudas de sua Carta.

Por qualquer motivo, porém, decidiu-se, ou estaria já decidido, que não escrevesse sobre o que da terra conseguira saber-se. Fala em «muy longa terra»; fala, ainda, em «sertão», que, parece-nos, está condicionado a tamanho. Este tamanho que julgaram e o sertão referido à terra contradizem, pensamos, a ideia de ilha.

Há, ao que imaginamos, passos contraditórios no relato de Caminha. Esta contradição, que mais confunde que aclara, teria sido proposital por parte do missivista?

A ser assim, com alguma finalidade foi e parece-nos não estar só, ao que podemos observar, por outra Carta escrita no mesmo tempo e lugar, à qual prestamos agora atenção.

Duas páginas escreveu Mestre João a El-Rei, o que faz de seu escrito um documento menor, se confrontado com as vinte e sete laudas redigidas por Pero Vaz de Caminha.

Não é que o valor de um documento possa ou deva aferir-se pela extensão, mas não evitamos observar assim quando, ao final de uma leitura atenta, nem é dado descobrir as razões daquelas duas páginas escritas.

Queremos dizer que não atinamos com os motivos por que o «fjsjco e cirurgyano» haveria escrito ao Venturoso.

Primeiramente, por imaginarmos penoso, por parte do Mestre, o acto de escrever ao Rei documento pejado de castelhanismos (ou portuguesismos?), a mostrar claro que o português não era sua língua materna. Então não seria fácil aportuguesar o seu castelhano, o que equivale a dizer que teria dificuldades para escrever.

Em segundo, por pensarmos que não era intenção do Mestre corresponder-se com o monarca, já que seu escrito teve início a 28 de abril, à aproximação da partida para a índia — digamos à última hora — quando ia para uma semana que estava no litoral da Vera Cruz.

Ele sabia, e os outros saberiam, também, que não deveria começar por fim, se acaso tinha a intenção de escrever.

E, por último, tendo em vista sua confissão inicial, de que «todo lo aca passado largamente escrivyeron... todos los otros».

Então, ao alinhar destas considerações, sabendo que lhe era penoso escrever, o que é sugerido por sua carta; e se pensamos que não seria já tempo para escrever, quando iniciou; e se, a par disso, não restaria mais que dizer a El-Rei, pois que sobre tudo os outros largamente escreveram — «todos os outros» — continuamos a afirmar que não atinamos com as razões daquelas duas páginas escritas pelo «fjsjco e cirurgyano» a El-Rei D. Manuel.

Se houvéssemos de fazer algum apontamento de ordem paleo-gráfica, poderíamos começar por dizer que a sua escrita se insere, provavelmente, nas de feição da «cortesana» espanhola, como já vimos classificada. Mas se houvermos de referi-la às escritas portuguesas, tendo em atenção a adopção tardia, em Portugal, do maneirismo da cortesã, quem sabe se podemos dizê-la, mesmo com reservas, de «bastarda», cientes, entretanto, de que o problema das classificações é

sempre susceptível de correcção, razão por que a essa tarefa «todo o paleógrafo desejaria poder furtar-se» (10*).

Não é de maior empenho e responsabilidade para nós, agora, essa classificação. Dando o autor como espanhol, o que fazemos com certo à vontade mas sem absoluta certeza (11), poderia levantar-se, aqui, o problema de saber se de muito ou pouco tempo convivendo com os portugueses. Neste passo bem percebemos quais as anotações que se desenrolariam num crescendo de considerações, quem sabe se com poucos resultados. Ao certo, o que podemos afirmar, novamente, é que o português não foi a língua mãe do missivista.

A análise interna da Carta se nos afigura, no momento, mais importante e a essa análise prestamos agora atenção, ao menos nalguns passos que julgamos mais significativos.

Que o missivista era «fisjco e cirurgyano» nos revela na primeira linha do escrito, quando, ao beijar a mão de Sua Alteza, não se dispensa de seus títulos, quiçá seu cargo, na perspectiva, talvez, de que o beija-mão seja melhor solenizado.

Mas, pelos vistos, não era só o físico com vistas aos males do corpo; «em quinhentos ainda os médicos eram também astrólogos» (12).

Elemento da tripulação da armada de Cabral, não seguia ele em algum dos navios grandes, pois nos diz o «navio ser mucho pequeno e mui cargado» (13), e na rota que levaram até «vera cruz» ia atrasado 150 léguas do piloto «pero escolar» (*sic*) (14), como escreveu.

Não havemos de relacionar aqui o porte da embarcação, sua distância da frente e importância do navegante; nem sabemos se disposições tais estavam conformes à hierarquia dos personagens. Não deixamos, porém, de assinalar que Mestre João embarcara num dos menores navios da frota e, pelos seus informes, dos mais carregados, tomando lugar, a boa distância, na retaguarda.

«Físico» e astrólogo, como se diz e se revela, integrava a numerosa equipagem que, pelo «mar de longo», em não muitas semanas, foi do Restelo à Vera Cruz, donde escreveu ao Rei.

(10) Nunes, Eduardo, *Album de Paleografia Portuguesa*, Lisboa, 1969, Vol. I.

(11) Vide Costa, A. Fontoura da, *Os Sete Únicos Documentos de 1500, Conservados em Lisboa referentes à Viagem de Pedro Alvares Cabral*, Lisboa, A.G.U., 1968.

(12) *Idem*, pág. 107.

(13) Linhas 23/24.

(14) Linha 11.

Por essa escrita nada sabemos do médico. Apenas nos esclarece de suas tarefas de astrólogo, algumas das quais haveria executado com certas dificuldades, por virtude de mal numa perna, que de «una cosadura se me ha fecho una chaga mayor que la palma de la mano» (15), como diz.

Não era o conhecimento dos «físicos», de então, de molde a saber o que seria aquela «chaga, resultante de uma coçadura» e o cirurgião não disporia de mezinha ou unguento que pudesse usar de forma a extirpar o mal que o afectava. Não se falava, à época, em diabetes, como distúrbio orgânico. E, se não estamos em erro, qualquer médico de hoje diagnosticaria «gangrena diabética» a tal chaga em que se alastrou a coçadura e que, ao tempo, mais se agravaria pelas condições alimentares de navegação.

Este apontamento, tomando-se como de índole clínica, a revelar um mal que o afligia, não é assinalado por dever de ofício. Foi para dizer, num passo, que não lhe foi dado trabalhar muito, por virtude da doença, o que lhe permitia, somente, assinalar a posição das estrelas; e isto, também, pelo inconveniente do tamanho do barco e sua carga, que não deixava lugar para coisa nenhuma.

«He trabajado algo de lo que he podido pero non mucho...» escreveria, textualmente, justificando-se por enviar a Sua Alteza, apenas, a situação das estrelas do Sul; mas logo de seguida, e porque o grau de cada uma não o pôde saber, e achava impossível tomar-se a altura das estrelas desde o mar, haveria de escrever: «porque yo trabaje mucho en eso...», a concluir que isso não pode fazer-se senão em terra.

Se houver contradição, aqui, a uma distância de escassas sete linhas escritas, ao afirmar «trabaje... non mucho» e, logo de seguida, «trabaje mucho», nem essa contradição estará só, pelo que pensamos.

Havemos de reparar que escreveu: «ser imposible en la mar tomar-se altura de ninguna estrella... de guisa que se non puede fazer synon en terra» (16). Dar-nos-ia a impressão, por este passo, de que a impossibilidade de descer em terra tornaria impossível tomar a altura das estrelas.

No entanto, essa impossibilidade não existia, visto que em suas primeiras linhas dá notícia a El-Rei que a 27 de Abril desceram em

(15) Linha 23.

m Linhas 26/28.

terra, ele, o piloto do capitão-mor e o piloto de Sancho de Tovar ⁽¹⁷⁾.

Qual seria então a dificuldade de saber «en que grrado» estava cada uma das estrelas não a entendemos bem, a menos que nos escape pormenor por nós desconhecido, pois que a terra não era difícil o acesso.

Ali descera, com aqueles dois pilotos, para tomarem a altura do Sol ao meio dia, quando encontraram 56 graus e por isso, «segund las rreglas del estrolabjo jusgamos ser afastados dela equinocial por 17 grrados, e por consyguente tener el altura del polo antartico en 17 grrados». Foram exactas essas medidas, ao que nos consta ⁽¹⁸⁾.

Apenas que o Mestre assinalou a sombra, ao meio dia, de «septentrional», quando haveria de ter assinalado austral ⁽¹⁹⁾.

Um lapso aqui; e, se o é, não o julgamos de pouco significado. Não tanto pela referência de «septentrional», um erro palmar, que qualquer cosmógrafo do tempo poderia corrigir, segundo eremos, pela designação do «polo antártico» assinalado na Carta; mas pela razão de que essa mesma Carta, que chegou às mãos do Rei e que temos ao dispor, foi o escrito definitivo, de últimos retoques, que escreveu. Estamos em afirmar que não foi o único nem o primeiro a ser redigido. Por todas as redacções, revisões e correcções — o missivista as fez, necessariamente — desde os apontamentos iniciais, não haveria reparado que a designação estava errada e era oposta à que devia indicar?

Lapso, confusão ou intenção?

Estaríamos tentados a afirmar que a Carta, em si, nos parece um relato apressado, que, pela aparente falta de conexão, pode confundir.

São duas páginas escassas, escritas, ao que pensamos, por quatro dias, quantos os que podem contar-se de vinte e oito de Abril — início da Carta — até primeiro de Maio, a data de final.

Se atentarmos bem, não notamos preocupação pela ordem do discurso. Os assuntos se apresentam com a aparência de apontamentos tomados daqui e dalém, ao sabor da intuição ou do acaso, como que passagens truncadas de informações mais completas. Disposto, de

⁽¹⁷⁾ Linhas 4/5.

⁽¹⁸⁾ Vide SILVA, Luciano Pereira, *Os sete únicos documentos de 1500...*, pág. 111, nota d.

⁽¹⁹⁾ *Ibidem*, nota b.

início, a escrever somente dois pontos, não se alcançam, com clareza, quais os dois pontos a tratar de preferência.

Depois de dizer da altura do Sol, do afastamento da equinocial e da altura do polo antártico, conclui que «esto es quanto alo uno». Mas «lo uno» continua, para dizer que «por lo qual» sua Alteza saberá que todos os pilotos vão adiante e Pero Escolar à distância de 150 léguas.

Porém, ... «quien dise la verdad...» só se saberá ao chegar ao Cabo.

Repare-se que quando Mestre João escreveu: «van adyante de my ... pero escolar va adyante 150 léguas...», a esquadra estava retida, ia para uma semana, na orla da Vera Cruz.

Escreveu no presente, quando a «singradura» que referia já havia acontecido. Logo de imediato vai dizer «que la verdad nõ se puede certyficar fasta (*sic*) que en boa ora allegemos al cabo...»

A «verdade que diziam» — seria questão que se discutia sem chegar a consenso — nem intuímos bem qual fosse e o Mestre não esclarece se era sobre as distâncias dos pilotos, a altura do Sol, ou do polo, ou o afastamento da equinocial. Fala, porém, ainda por «lo uno», em carta e astrolábio que carrega consigo, enquanto os outros dispõem, apenas, da carta. Pelo uso destes elementos é que esperavam saber quem estava mais certo, «quien va mas çierto», parecendo-nos que o Mestre tinha por vantagem o astrolábio.

Era por isso a falta de consenso? Ao assinalar a rota, ou o desvio da outra costa?

Creemos que podemos pensar também nestas questões, já que os outros dispunham só de carta, como assinala o missivista, que, ao assinalar assim, logo fala do «sytyo desta terra» e que Sua Alteza poderá ver num mapa que estava na posse de «pero vaaz bisagudo».

Parece-nos sintomático que ao falar da «carta» de que os outros se socorrem, para confrontarem quem vai mais certo — «ellos... o y o» — se lembre de imediato e escreva sobre o «napamundy» (*sic*) do bisagudo», onde «ally fallara vosa alteza escrita tam byen la mina».

Gente erudita já fez considerações sobre o «mapa do bisagudo» e referiríamos, apenas, alguns autores citados por Damião Peres ⁽²⁰⁾, como Joaquim Norberto, Lopes de Mendonça, Gago Coutinho, Carlos Coimbra, Duarte Leite, na intenção de não nos imiscuirmos na questão.

(20) *Descobrimientos Portugueses*, Porto, Portucalense Ed., 1943, pg. 402 e seg.

Mas observaremos que não podemos afirmar que, na armada de Cabral, não seguisse um mapa tão completo como o do «bisagudo»; uma cópia do mesmo, digamos. Temos em mente, ao dizer assim, uma indagação transcrita em Damião Peres e atribuída a Carlos Coimbra.

A nosso parecer e pelo nosso ponto de vista, Mestre João cometeu indiscrição — diríamos que se traiu — quando escreveu : «ally fallara vosa alteza escrita tan byen la mina».

Este «tan byen» é nota de certa sonoridade que destoa da composição e por isso desperta. Leva-nos a pensar que se «tan byen» estava a Mina é que a par desta alguma coisa mais se representava no mapa do «bisagudo».

O «sytyo desta terra»?

Não poderemos discutir. Assinalemos, entretanto, que, sem perda de palavras, o Mestre escreve de seguida: «ayer casy entendíamos per aseños que esta era ysla e que eram quatro...»

Anote-se que em alguns mapas antigos, de que podemos ver exemplos, se assinalava, para as bandas do Ocidente, a existência de ilhas, que eram representadas. Não sabemos se o «mapa do bisagudo» era, ainda, dessa antiguidade...

No entanto, a pressa com que Mestre João diz ter entendido — ou «casy» — «per aseños que esta era ysla», deixa-nos de sobreaviso.

Afirmar assim seria a maneira mais pronta de remediar a «sonoridade» daquela «nota» que denunciámos acima e que poderia levantar suspeitas? Poderíamos, por isso, entender que o mapa de «pero vaaz bisagudo» representasse, para ocidente, algo mais que simples ilhas, já que na outra costa assinalava «tan byen la mina»?

A não ser assim, por que ocorreu ao Mestre a ideia de ilha, exactamente no momento em que assim escrevia?

De seguida é «al otro puncto» que o missivista presta atenção e, escrevendo sobre este, versa matéria que já referimos quanto à situação e altura das estrelas, para continuar com o relato das dificuldades de harmonizar os instrumentos de medição que «desconçertavan en muchas pulgadas».

Neste «otro puncto» insere o desenho onde inclui as estrelas da constelação que, se diz, foi representada pela primeira vez.

Considere-se o ponto alto de sua Carta. Nem descremos que «o tópico mais interessante... é o referente à bellissima constelação

austral, que Mestre João isolou, descreveu, esquemou e denominou: a Cruz»⁽²¹⁾.

«Grande impressão lhe deve ter produzido a sua imponente «Cruz Celestial» cujo nome talvez tivesse influído na denominação do adiantamento cabralino da (Vera) Cruz terrestre»⁽²²⁾.

Pensamos que nem só ao Mestre tivesse causado impressão a «Cruz Celestial». A menos que fosse dos poucos que pela primeira vez navegava pelas latitudes, ao Sul.

Mesmo assim, importante como se tornou a Cruz, que podemos associar à «Vera Cruz» — a terra de Cabral — não passaria despercebida, por essa importância, aos demais navegantes.

Então, associando os dados — Vera Cruz Celeste; Vera Cruz, a Terra—julgamos que esse elemento não fosse desprezado pelos outros.

Queremos dizer que se a Cruz se representava numa dupla dimensão e se do Céu se «reflectiu» em Terra — passe a expressão — alguém mais haveria de destacar aquele elemento celeste que sobressaiu na conjugação com o momento do «achamento de uma terra nova».

Admitamos que pelas décadas passadas, andando para sul, ninguém houvesse representado, descrito, ou assinalado aquela «Cruz Celestial». Admitamos. Ficou, assim, para Mestre João o subido privilégio de fazer seu registro, como o facto mais importante da sua Carta; ou dos apontamentos mais notáveis daquela jornada.

Essa importância não se representaria só ao Mestre; sem dúvida que os outros a intuíram também.

E não registraram a Cruz?

Eis a falta que nos faz — mas não só por isto — a correspondência perdida, a mesma correspondência onde «todo lo aca pasado largamente escrivyeron a vosa alteza asy arias correa como todos los otros...», no dizer do próprio Mestre, às primeiras linhas escritas.

«Todos los otros», escrevendo, «largamente», sobre «todo lo aca pasado», haveriam de esquecer de referir a «Cruz»?

Para o nosso ponto de vista pensamos que as considerações acima não tenham necessidade de ser ampliadas.

⁽²¹⁾ COSTA, A. Fontoura da, *Os sete únicos documentos de 1500*, pg. 108.

⁽²²⁾ *Ibidem*.

Tomem-se como as premissas pelas quais caminhamos até à conclusão que se nos oferece.

Da Carta de Mestre João pudemos extrair elementos que se nos afiguram contraditórios; outros com imprecisão; algum como desvio de informação. Pensamos, mais, que imprecisões ou contradições, numa linguagem apropriada às intenções, nem seriam espontâneas, mas, antes, premeditadas. Duas passagens, porém, de peso suficiente, para uma informação séria, mas que se apresentam, quanto a nós, falhas, na Carta do Mestre.

A primeira, que dá conta da altura do Sol e a medida exacta da latitude onde se achavam. Uma falha, entretanto, pela informação que nos é fornecida: a sombra, ao meio dia, não era setentrional, mas austral ⁽²³⁾.

A segunda, que tem rendido louvores, que nós não negamos, a Mestre João, é o desenho das estrelas, onde se apresenta a «Cruz». Cremos, porém, ver uma lacuna: não consegue saber, das estrelas, «qual de aquellas dos mas baxas sea el polo antartyco».

Relativo à primeira passagem, observamos que dois pilotos participaram da tarefa que o Mestre relata. E nós nos perguntamos: os mesmos pilotos — o do Capitão e o de Sancho de Tovar — haveriam assinalado, também, setentrional a sombra, ao meio dia? É que também eles haveriam escrito ao rei, ao que sabemos, não só pelo Mestre, mas, ainda, por Pero Vaz.

Relativo à segunda passagem, bem pensamos que a «Cruz» foi elemento importante, naquele «achamento». Mestre João nos diz que todos os outros escreveram, «largamente, de todo lo aca pasado».

Não deixariam, ao menos alguns outros, de sobre a «Cruz» e as estrelas escrever. Nenhum teria assinalado, «de aquellas dos mas baxas» qual seria a polar? Nem haveria desenhado a Constelação?

As perguntas acima, estamos em crer, não enfemam de algum vício. E são lícitas, julgamos. As respostas, entretanto, nem poderão dar-se aqui, que, quaisquer que fossem, seriam temerárias.

(23) *Vide* nota 19.

Mas não haveremos de esquecer que nestas duas passagens que vimos registrando — as informações mais sérias do Mestre, dizíamos — há contradição e há lacuna.

Pela via das conjecturas, porém, lembrando que os outros também escreveram — todos e sobre tudo — teremos de admitir que, das mesmas, alguém versaria os temas, sem aquelas lacunas e contradições, por isso em melhores condições que Mestre João.

Pensando assim, haveríamos de dizer, como de início, que não atinamos com os motivos por que o «fisjco e cirurgiano» teria escrito ao Venturoso, até porque resolveu fazê-lo à última hora.

A menos que...—estamos tentados a admitir — se propiciassem ao missivista, ou mesmo se ordenassem, aquelas lacunas, contradições ou equivalentes, com uma intenção e que já aventámos pela Carta de Caminha: que D. Manuel tivesse em mãos um documento «conveniente» — mais um — para provar ao castelhano que tinha a posse de uma outra terra, que era, apenas, uma «simples ilha». Desta «conveniência» não participariam as cartas de pilotos e capitães, ou de alguns outros, observando, porém, que «conveniência», nesta situação, não se confunde com «importância». Bem ao contrário. «Importância», aqui, seria a característica da informação exacta, segura e completa. Neste sentido diríamos que as páginas enviadas a El-Rei — excluídas as de Caminha e de Mestre João — seriam suficientemente «importantes» para se «perderem», já que, por essa «importância», era «inconveniente» sua divulgação.

A ser assim, haveríamos de concluir que as Cartas do Mestre e do escrivão eram as «menos importantes», mas as «mais convenientes», que, da Vera Cruz, foram enviadas ao Rei Venturoso.

Por isso chegaram até nós?

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Manuscritos:

Carta de Pero Vaz de Caminha.

Cópia do original — A.N.T.T. gav. VIII, 2-8 — Não se encontra, actualmente, na colecção.

{Vide: *As Gavetas da Torre do Tombo*, II (Gav. III-XII), Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1962).

Carta de Mestre João.

Original no A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, p. 3.^a, m. 2, n.º 2 (Colhido in *Os sete únicos documentos de 1500 conservados em Lisboa referentes à Viagem de Pedro Alvares Cabral*, A. Fontoura da Costa e outros, A.G.U., 1968).

Impressos :

Costa, A. Fontoura da, *Os sete únicos Documentos de 1500 conservados em Lisboa referentes à Viagem de Pedro Alvares Cabral*, Lisboa, A.G.U., 1968.

Cortesão, Jaime, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943.

Dias, Carlos Malheiro Dias e outros, *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, Porto, 1922.

Nunes, Eduardo, *Album de Paleografia Portuguesa*, Lisboa, 1969.

Oliveira, José Osório de, *História breve da Literatura Brasileira*, Lisboa, Verbo, 1964.

Pombo, Rocha, *História do Brasil*, 12.^a ed., São Paulo, Melhoramentos, s/d.

PERES, Damião, *Descobrimientos Portugueses*, Porto, Portucalente Ed., 1943.

Silva, Luciano Pereira da, *Carta de Mestre João*, versão em linguagem actual, in *Os sete únicos Documentos...*, Lisboa, A.G.U., 1968.

Valente, José A. Vaz, *A Carta de Caminha — Um estudo Critico, Paleográfico-Diplomático*, São Paulo, Fundo de Pesquisa do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1975.